

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias**

Austral Resseguradora S.A.

30 de junho de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2017

Índice

| | |
|--|----|
| Relatório da Administração..... | 1 |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias..... | 2 |
| Demonstrações financeiras intermediárias auditadas | |
| Balanço patrimonial | 5 |
| Demonstração do resultado | 7 |
| Demonstração do resultado abrangente | 8 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 9 |
| Demonstração do fluxo de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias | 11 |

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

A Austral Resseguradora S.A. (“Austral Re”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Austral Re é uma resseguradora local que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de cada um de nossos clientes, com a realização de uma subscrição responsável, buscando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e cautelosa.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram nesse semestre R\$ 260,9 milhões, enquanto os prêmios ganhos atingiram R\$ 273,6 milhões. O índice de sinistralidade geral ficou em 102,0% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro) e o índice de sinistralidade retida ficou em 92,5%. O lucro antes de impostos e participações foi de R\$ 11,8 milhões enquanto o lucro líquido do semestre atingiu R\$ 9,0 milhões. Nosso índice combinado atingiu 102%.

A política de investimentos da Austral Re, adequada à realidade dos negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 19,1 milhões.

Os Administradores da Companhia declaram possuir capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

A Austral Re planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, mantendo sua política de subscrição de forma técnica e buscando manter a diversificação da carteira com o objetivo de reduzir a volatilidade da mesma, em linha com o plano de negócios inicial.

Ao final do semestre, o patrimônio líquido da Austral Re, era de R\$ 259,2 milhões. Ao patrimônio de R\$ 282,6 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, somaram-se o lucro líquido do semestre de R\$ 9,0 milhões, R\$ 0,1 milhões em remuneração baseada em ações e subtraíram-se R\$ 0,7 milhões em ajuste com títulos e valores mobiliários, R\$ 9,7 milhões em distribuição de juros sobre capital próprio e R\$ 22,0 milhões com distribuição de dividendos.

Por fim, a Austral Re, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste semestre, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2017.

Administração.

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC-1RJ094644/O-0

Balanço patrimonial
30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

| | 30/06/2017 | 31/12/2016 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativo | | |
| Circulante | 810.605 | 787.916 |
| Disponível | 43.999 | 34.699 |
| Caixa e bancos | 43.999 | 34.699 |
| Aplicações (Nota 6) | 263.197 | 304.139 |
| Títulos de renda fixa - públicos | 202.484 | 243.741 |
| Quotas de fundos de investimentos | 60.713 | 60.398 |
| Créditos das operações com resseguros (Nota 8) | 266.140 | 254.699 |
| Operações com seguradoras | 199.575 | 194.979 |
| Operações com resseguradoras | 66.565 | 59.720 |
| Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 15) | 219.011 | 175.355 |
| Prêmios de retrocessão diferidos | 79.578 | 87.787 |
| Sinistros com retrocessão | 115.514 | 69.304 |
| Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados | 20.723 | 15.849 |
| Provisão de excedente técnico | 3.196 | 2.415 |
| Títulos e créditos a receber | 13.664 | 14.453 |
| Créditos a receber | 526 | 2.455 |
| Créditos tributários (Nota 10) | 12.950 | 11.936 |
| Outros créditos | 188 | 62 |
| Despesas Antecipadas | 155 | - |
| Despesas Administrativas | 155 | - |
| Custos de aquisição diferidos (Nota 11) | 4.439 | 4.571 |
| Comissões diferidas com resseguros | 4.439 | 4.571 |
| Ativo não circulante | 118.264 | 79.589 |
| Realizável a longo prazo | 114.315 | 78.671 |
| Aplicações (Nota 6) | 79.765 | 38.352 |
| Títulos de renda fixa - públicos | 79.765 | 38.352 |
| Créditos das operações com resseguros (Nota 8) | 11.523 | 13.908 |
| Operações com seguradoras | 11.523 | 13.908 |
| Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 15) | 22.603 | 26.204 |
| Prêmios de retrocessão diferidos | 15.329 | 19.404 |
| Sinistros pendentes de pagamento | 7.274 | 6.800 |
| Títulos e créditos a receber | 255 | - |
| Créditos Tributários (Nota 10) | 255 | - |
| Custos de aquisição diferidos (Nota 11) | 169 | 207 |
| Comissões diferidas com resseguros | 169 | 207 |
| Imobilizado (Nota 12) | 430 | 497 |
| Bens móveis | 430 | 497 |
| Intangível (Nota 13) | 3.519 | 421 |
| Outros intangíveis | 3.519 | 421 |
| Total do ativo | 928.869 | 867.505 |

Balanço patrimonial
30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

| | 30/06/2017 | 31/12/2016 |
|---|----------------|------------|
| Passivo | | |
| Circulante | 608.325 | 526.822 |
| Contas a pagar | 13.168 | 7.186 |
| Obrigações a pagar | 9.527 | 5.283 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | 944 | 1.036 |
| Encargos trabalhistas | 788 | 543 |
| Impostos e contribuições | 1.909 | 324 |
| Débitos das operações com resseguros | 130.078 | 133.244 |
| Prêmio a restituir | 1.774 | 1.221 |
| Operações com seguradora | 73 | 67 |
| Operações com resseguradoras (Nota 14) | 121.727 | 122.886 |
| Corretores de seguros e resseguros | 6.312 | 6.837 |
| Outros débitos operacionais | 192 | 2.233 |
| Depósito de terceiros | 1.440 | 143 |
| Depósitos de terceiros | 1.440 | 143 |
| Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 15) | 463.639 | 386.249 |
| Provisão de prêmios não ganhos | 144.621 | 154.439 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 207.732 | 143.281 |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados | 101.106 | 80.987 |
| Provisão de excedente técnico | 10.180 | 7.542 |
| Passivo não circulante | 61.307 | 58.108 |
| Contas a pagar | 7.596 | 7.330 |
| Tributos diferidos | 7.596 | 7.330 |
| Débitos das operações com resseguros | 13.027 | 13.019 |
| Operações com resseguradoras (Nota 14) | 12.983 | 13.004 |
| Corretores de seguros e resseguros | 44 | 15 |
| Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 15) | 40.684 | 37.759 |
| Provisão de prêmios não ganhos | 20.128 | 24.683 |
| Provisão de sinistro a liquidar | 20.556 | 13.076 |
| Patrimônio líquido (Nota 17) | 259.237 | 282.575 |
| Capital social | 220.179 | 220.179 |
| Reserva de capital | 2.367 | 2.273 |
| Reservas de lucros | 38.216 | 60.216 |
| Ajuste com títulos e valores mobiliários | (827) | (93) |
| Prejuízo acumulado | (698) | - |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 928.869 | 867.505 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - em reais)

| | <u>30/06/2017</u> | <u>30/06/2016</u> |
|--|--------------------|-------------------|
| Prêmios de resseguros | 260.909 | 118.820 |
| Variações das provisões técnicas | 12.645 | 13.963 |
| Prêmios ganhos (Nota 20) | 273.554 | 132.783 |
| Sinistros ocorridos (Nota 22a) | (278.843) | (69.016) |
| Custos de aquisição (Nota 22b) | (5.121) | (4.432) |
| Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22c) | (8.137) | (9.189) |
| Resultado com retrocessão (Nota 22d) | 20.170 | (38.617) |
| Despesas administrativas (Nota 22e) | (7.259) | (6.907) |
| Despesas com tributos (Nota 22f) | (1.578) | (3.934) |
| Resultado financeiro (Nota 22g) | 19.064 | 14.263 |
| (=) Resultado antes dos impostos e participações | 11.850 | 14.951 |
| Imposto de renda (Nota 18) | (1.191) | (1.214) |
| Contribuição social (Nota 18) | (132) | (983) |
| Participações sobre o lucro | (1.498) | (224) |
| (=) Lucro líquido do semestre | 9.029 | 12.530 |
| Quantidade de ações | 211.100.409 | 211.100.409 |
| Lucro líquido por lote de mil ações - em reais | 0,04 | 0,06 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | <u>30/06/2017</u> | <u>30/06/2016</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido no semestre | 9.029 | 12.530 |
| Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do semestre em períodos subsequentes | | |
| Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda | (1.335) | 3.736 |
| Efeito do imposto de renda e contribuição social | 601 | (1.681) |
| Outros resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos | (734) | 2.055 |
| Total de outros resultados abrangentes do semestre, líquidos dos impostos | 8.295 | 14.585 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | Capital social | Capital social (em aprovação) | Reservas de lucros | | | Ajuste com títulos e valores mobiliários | Lucro/prejuízo acumulado | Total |
|---|----------------|-------------------------------|--------------------|---------------|-------------------------------|--|--------------------------|----------------|
| | | | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 209.479 | 10.700 | 1.962 | 3.797 | 42.795 | (2.346) | - | 266.387 |
| Aprovação do aumento capital social (Nota 17a) | 10.700 | (10.700) | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | - | 12.530 | 12.530 |
| Incentivo baseado em ações (Nota 21) | - | - | 164 | - | - | - | - | 164 |
| Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | 2.055 | - | 2.055 |
| Juros sobre capital próprio (Nota 17c) | - | - | - | - | - | - | (9.840) | (9.840) |
| Saldos em 30 de junho de 2016 | 220.179 | - | 2.126 | 3.797 | 42.795 | (291) | 2.690 | 271.296 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 220.179 | - | 2.273 | 5.487 | 54.729 | (93) | - | 282.575 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | - | 9.029 | 9.029 |
| Incentivo baseado em ações (Nota 21) | - | - | 94 | - | - | - | - | 94 |
| Prejuízo não realizado nos títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | (734) | - | (734) |
| Juros sobre capital próprio (Nota 17c) | - | - | - | - | - | - | (9.727) | (9.727) |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | (22.000) | - | - | (22.000) |
| Saldos em 30 de junho de 2017 | 220.179 | - | 2.367 | 5.487 | 32.729 | (827) | (698) | 259.237 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

| | <u>30/06/2017</u> | <u>30/06/2016</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do semestre | 9.029 | 12.530 |
| Ajustes para | | |
| Depreciações e amortizações | 527 | 210 |
| Incentivo baseado em ações | 94 | 164 |
| | 9.650 | 12.904 |
| Variações nas contas patrimoniais | | |
| Ativos financeiros | (1.205) | (12.699) |
| Créditos das operações com resseguros | (9.056) | 32.473 |
| Ativos de retrocessão - provisões técnicas | (40.055) | (603) |
| Ativos fiscais diferidos | 11 | (730) |
| Títulos e créditos a receber | 789 | 5.598 |
| Despesas antecipadas | (155) | (146) |
| Custos de aquisição diferidos | 170 | 700 |
| Impostos e contribuições | 3.188 | 586 |
| Débitos das operações com resseguros | (3.158) | (14.781) |
| Obrigações a pagar | (3.779) | (5.120) |
| Provisões técnicas com resseguradoras | 80.315 | (18.967) |
| Depósitos de terceiros | 1.297 | (142) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (3.154) | (1.369) |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais | 34.858 | (2.296) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição de imobilizado | (4) | (242) |
| Aquisição de intangível | (3.554) | - |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | (3.558) | (242) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Pagamento de dividendos | (22.000) | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | (22.000) | - |
| Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa | 9.300 | (2.538) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 34.699 | 27.059 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre | 43.999 | 24.521 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro - RJ ("Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2011, foram homologadas pela Portaria SUSEP nº 3.908 as deliberações tomadas por seus acionistas, realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de dezembro de 2010, bem como a autorização para Austral Resseguradora S.A., operar com resseguros e retrocessão.

Em 06 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser a acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 05 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram, a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante um aumento de capital social da Austral Participações S.A.

A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Resseguradora S.A. foi ratificada pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas, com base nesse princípio.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”).

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e suas alterações dispõem sobre as normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508, emitida em 09 de janeiro de 2015.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pela Administração da Resseguradora em 25 de agosto de 2017.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do período.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Recebíveis; e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Resseguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de resseguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de sua aquisição e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Resseguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias, segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

I) *Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

II) *Títulos disponíveis para venda*

A Resseguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) *Recebíveis*

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável – *impairment*. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor determinado na aceitação do contrato, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação à qual a deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, apesar de ter efetuado transações com instrumentos derivativos ao longo do primeiro semestre de 2017.

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar parte dos mesmos. Nestes contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente, e devidamente amparados pelo contrato de resseguro. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de resseguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido.

Os contratos de resseguro visam resguardar os interesses das seguradoras, por meio de redução de volatilidade da seguradora, ampliação de capacidade, diminuição de exigência de capital, troca de expertise, dentre outros.

Para os contratos facultativos e não proporcionais, os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização são registrados no momento da aceitação do contrato, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro--Continuação

Já para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão. Dessa forma, a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado decorre do padrão de emissão acima exposto.

e) Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação, e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No semestre findo em 30 de junho de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro e retrocessão da Companhia.

f) Passivos de resseguro

A Companhia utilizou as diretrizes do CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de resseguro e conversão das demonstrações financeiras, aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de resseguro tais como teste de adequação de passivos, avaliação do valor recuperável de ativos de retrocessão, verificação da adequação do limite de retenção praticado, dentre outras políticas aplicáveis.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Passivos de resseguro--Continuação

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de resseguro. As provisões técnicas decorrentes de contratos de resseguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e os conceitos atuariais internacionalmente difundidos, aplicáveis aos resseguradores locais autorizados a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As metodologias utilizadas para cálculo de cada provisão técnica estão descritas em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico e em conformidade com a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações e a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, conforme especificado a seguir:

Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos. Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro e a exposição ao risco de cada contrato em linha com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A parcela de provisão de prêmio não ganho de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE é estimada apenas para os contratos facultativos, utilizando uma metodologia de taxas médias de atraso verificadas na carteira. Esse fator de atraso médio subjetivamente selecionado é aplicado sobre a provisão de prêmio não ganho - PPNG de riscos já emitidos para obtenção da provisão de prêmio não ganho de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE. Essa metodologia de cálculo permite uma adequação rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

Corresponde à melhor estimativa enviada pela cedente para o valor a ser pago pela Companhia ajustada à experiência de mercado e, nos casos de sinistros avisados de forma individual, à avaliação feita pela regulação da Companhia do valor informado pela cedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Passivos de resseguro--Continuação

Provisão de Sinistros ocorridos, mas não Avisados - IBNR

Tem como objetivo estimar a responsabilidade perante os sinistros já ocorridos, porém ainda não conhecidos. A provisão de sinistros ocorridos e não avisados é calculada por tipo de contrato, seguindo uma analogia a metodologia de percentuais padrões definidos na Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015. Entretanto, a Companhia utiliza metodologias diferentes para alguns tipos de contratos/linhas de negócio com características específicas de forma a melhor refletir a expectativa de IBNR para esses casos.

Provisão de Excedente Técnico - PET

Tem como objetivo provisionar os valores devidos de acordo com o resultado do contrato. Neste conceito estão incluídos os pagamentos de participação nos lucros (*profit commission* e no *claims bonus*), comissão escalonada (*sliding scale*). O cálculo desta provisão será efetuado por contrato na data de apuração destes valores e de acordo com o critério específico estabelecido em cada contrato.

A *provisão* destes valores será ajustada ou revertida a medida que tais valores sejam confirmados com a cedente ou retrocessionário ou efetivamente pagos ou recebidos.

Provisão de Despesas Relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

g) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

A tabela abaixo demonstra dois prazos médios de diferimento dos grupos:

- Prazo médio de vigência das apólices inseridas nos contratos vigentes de resseguro proporcionais e não proporcionais, utilizado para diferimento dos prêmios emitidos em determinado mês.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

g) Custos de aquisição diferidos--Continuação

- Prazo médio total de diferimento de todos os contratos vigentes de resseguro, proporcionais, não proporcionais e facultativos. Ou seja, prazo médio total para que o prêmio de determinado contrato seja integralmente ganho.

| Grupos | 30 de junho de 2017 | | 31 de dezembro de 2016 | |
|--------------------|--|--|--|--|
| | Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses) | Prazo de diferimento total do contrato de resseguro (em meses) | Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses) | Prazo de diferimento total do contrato de resseguro (em meses) |
| Patrimonial | 15 | 22 | 8 | 24 |
| Riscos especiais | 12 | 13 | 1 | 13 |
| Responsabilidades | 12 | 20 | 6 | 19 |
| Automóvel | 12 | 29 | 12 | 24 |
| Transportes | 12 | 24 | 10 | 22 |
| Riscos financeiros | 36 | 48 | 36 | 48 |
| Pessoas coletivo | 12 | 22 | 5 | 17 |
| Rural | 6 | 18 | 6 | 17 |
| Outros | 15 | 25 | 9 | 19 |
| Marítimos | 12 | 26 | 12 | 25 |
| Aeronáutico | 12 | 21 | 7 | 24 |

h) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de resseguros incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

i) Imobilizado--Continuação

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

j) Intangível

Os custos associados à manutenção do intangível são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o intangível para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender.
- O gasto atribuível durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do intangível e, incluem os custos e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

k) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Resseguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo pelas operações são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuaçãol) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios a receber de resseguros e retrocessão a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido também na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do semestre e anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuaçãom) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

n) Teste de adequação de passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro vigentes na data-base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP instituiu e definiu a regra para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações.

O teste de adequação de passivo - TAP foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, consistentes com as informações presentes no mercado financeiro.

Em resumo, o teste de adequação de passivo - TAP compara os fluxos de caixa estimados que venham a surgir no cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes do cumprimento dos contratos de resseguro, com as provisões constituídas pela Companhia na data-base, deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados.

A Companhia elaborou uma metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros utilizando premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida no teste, agrupando os contratos de resseguro pelos grupos de ramos estabelecidos na regulamentação vigente.

A Companhia apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA disponibilizada pela SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada no site da SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Teste de adequação de passivo--Continuação

Os testes de adequação de passivos realizados para o semestre findo em 30 de junho de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de resseguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída (deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados) com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análise individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de resseguros ocorre, nos contratos não proporcionais e facultativos, na data de aceitação dos riscos cobertos. Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

p) Apuração do resultado--Continuação

Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Os prêmios emitidos de resseguro contemplam o total de prêmios a receber pactuado nos contratos de resseguro celebrados durante o período contábil e eventuais ajustes que venham a surgir, no período contábil, para prêmios a receber com relação a emissões de períodos contábeis anteriores, em conformidade com a informação enviada pelas seguradoras.

A partir do exercício de 2014, a Companhia iniciou o reconhecimento da parcela de prêmios relativa aos riscos vigentes e não emitidos - Prêmio RVNE tendo em vista que passou a ter uma base histórica de prêmios mais consistente de forma a efetuar uma estimativa do valor do Prêmio RVNE de forma confiável. Os prêmios emitidos de retrocessão contemplam o total de prêmios a pagar pactuado nos contratos de retrocessão, celebrados durante o período contábil e eventuais ajustes de períodos anteriores, de forma consistente com os prêmios de resseguro que foram objeto de retrocessão.

q) Resultado por ação

Em atendimento ao pronunciamento CPC nº 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do semestre.

r) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio na data de aquisição. A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas e políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de resseguro dos ramos em que Companhia atua são: provisão de prêmios não ganhos - PPNG, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR, provisão de despesas relacionadas - PDR e provisão de excedente técnico - PET.

As provisões técnicas da são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado, estando em conformidade com todos os requisitos e orientações estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de resseguros é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

Os sinistros são analisados pelo comportamento histórico da base e pela expectativa de perda total da carteira, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro. Grandes sinistros serão, em geral, considerados separadamente, através da constituição de reserva pelo valor nominal das estimativas de perda ou por meio da projeção separada para refletir o seu comportamento futuro.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas poderão não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar de sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuaçãob) Provisão para recuperação de ativos de resseguros e retrocessão

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações de seguro e retrocessão. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

e) Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolva benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

e) Provisões para contingências--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de resseguro

O principal risco para nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos, histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes saudáveis e prudentiais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional a Companhia cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com a provisão de sinistros a liquidar, de acordo com os contratos de resseguro.

Para a gestão dos riscos de resseguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos nos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros), são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital da Companhia e visam à geração de lucros estáveis e contínuos.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

a) Gestão de risco de resseguro--Continuação

A Companhia subscreve riscos em todos os grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a globalidade da carteira, são adotadas diversas modelagens, consolidadas na comunidade atuarial, como referências para a precificação. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: análise histórica, atrito e severidade, exposição e experiência.

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a sua necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diários da carteira.

A Companhia possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar ao desempenho da carteira, traçar cenários prospectivos e com isso definir as linhas gerais para os investimentos nos meses a seguir.

c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

c) Risco de crédito--Continuação

A Resseguradora possui negócios apenas com resseguradores bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (A-), Fitch (A-), Moody's (Baa1) e A.M Best Company (A-).

Adicionalmente, a Resseguradora possui exposição de R\$12.213 em 30 de junho de 2017 e R\$6.668 em 31 de dezembro de 2016, com negócios aceitos em resseguro, tendo como contraparte sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada em conformidade com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Em paralelo a esse controle, foi desenvolvido um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário à posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros entendido como a soma da sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui 84% (84% em 31 de dezembro de 2016) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, LTN e NTN-B, títulos esses que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 9% (8% em 31 de dezembro de 2016) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazo de resgate até 120 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

| Ativos e passivos | 30 de junho de 2017 | | | |
|---|---------------------|---------------|-------------|----------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | + de 2 anos | Total |
| Caixa e bancos | 43.999 | - | - | 43.999 |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | 232.986 | 29.711 | 500 | 263.197 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 79.765 | - | - | 79.765 |
| Crédito das operações de resseguros | 266.140 | 11.523 | - | 277.663 |
| Títulos e créditos a receber | 13.664 | 255 | - | 13.919 |
| Total de ativos | 636.554 | 41.489 | 500 | 678.543 |
| Contas a pagar | 13.168 | 7.596 | - | 20.764 |
| Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão) | 244.628 | 18.081 | - | 262.709 |
| Depósito de terceiros | 1.440 | - | - | 1.440 |
| Débitos das operações de resseguros | 130.078 | 13.027 | - | 143.105 |
| Total de passivos | 389.314 | 38.704 | - | 428.018 |

| Ativos e passivos | 31 de dezembro de 2016 | | | |
|---|------------------------|---------------|-------------|----------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | + de 2 anos | Total |
| Caixa e bancos | 34.699 | - | - | 34.699 |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | 276.529 | 27.610 | - | 304.139 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 38.352 | - | - | 38.352 |
| Crédito das operações de resseguros | 254.699 | 13.908 | - | 268.607 |
| Títulos e créditos a receber | 14.453 | - | - | 14.453 |
| Total de ativos | 618.372 | 41.518 | - | 660.250 |
| Contas a pagar | 7.186 | 7.330 | - | 14.516 |
| Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão) | 210.894 | 11.555 | - | 222.449 |
| Depósito de terceiros | 143 | - | - | 143 |
| Débitos das operações de resseguros | 133.244 | 13.019 | - | 146.263 |
| Total de passivos | 351.467 | 31.904 | - | 383.371 |

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk* (VAR) paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era de 0,14% do patrimônio da carteira, conforme Nota 5.e, ou 0,29% com nível de confiança de 99%. A Companhia também considera em sua análise o comportamento da sua carteira em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA - inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

| Cenário A (**) | | | Cenário B (**) | | |
|------------------|-------------------------|---|------------------|-------------------------|---|
| Fatores de risco | Choque | Impacto no resultado antes dos impostos | Fatores de risco | Choque | Impacto no resultado antes dos impostos |
| Inflação | +300 bps ^(*) | (22.290) | Inflação | -300 bps ^(*) | 22.290 |
| Câmbio | +10% | 4.350 | Câmbio | -10% | (4.350) |
| Total | | (17.940) | Total | | 17.940 |

(*) Bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(**) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado pela Companhia em cada período. Para realizar um teste de sensibilidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% da sinistralidade incorrida por grupo de ramo observado nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

f) Teste de sensibilidade--Continuação

A tabela abaixo apresenta as sinistralidades ocorridas utilizadas no teste de sensibilidade proposto:

Sinistralidade

| Grupo | 30 de junho de 2017 | | |
|--------------------|-------------------------|----------------------------------|---|
| | Sinistralidade agravada | Varição de sinistro de resseguro | Varição de sinistro, líquido de retrocessão |
| Patrimonial | 67,23% | 2.216 | 581 |
| Riscos especiais | 257,95% | 560 | 307 |
| Responsabilidades | 69,04% | 290 | 246 |
| Automóvel | 69,91% | 965 | 966 |
| Transportes | 170,12% | 2.059 | 226 |
| Riscos financeiros | 78,08% | 1.550 | 462 |
| Pessoas coletivo | 32,05% | 2.120 | 1.162 |
| Rural | 128,92% | 1.239 | 1.425 |
| Outros | 159,63% | 12.699 | 12.579 |
| Marítimos | 741,44% | 3.115 | 68 |
| Aeronáutico | 248,46% | 1.031 | 27 |
| Total | | 27.844 | 18.049 |

| Grupo | 30 de junho de 2016 | | |
|--------------------|-------------------------|----------------------------------|---|
| | Sinistralidade agravada | Varição de sinistro de resseguro | Varição de sinistro, líquido de retrocessão |
| Patrimonial | 84,7% | 2.542 | 1.278 |
| Riscos especiais | 10,0% | 326 | 126 |
| Responsabilidades | 23,0% | 74 | 60 |
| Automóvel | 74,7% | 102 | 109 |
| Transportes | 85,4% | 1.020 | 666 |
| Riscos financeiros | 14,6% | 277 | 58 |
| Pessoas coletivo | 59,8% | 1.420 | 845 |
| Rural | 93,5% | 818 | 1.051 |
| Outros | 47,5% | 665 | 644 |
| Marítimos | 6,1% | 16 | 606 |
| Aeronáutico | 10,0% | 657 | 73 |
| Total | | 7.917 | 5.516 |

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da após impostos e contribuições em 30 de junho de 2017 seria um aumento de despesas no montante de R\$3.051 (R\$3.036 em 30 de junho de 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

| 30 de junho de 2017 | | | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------|----------------|------------------|-------------------|---------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | Taxas contratadas | Sem vencimento | Até 12 meses | De 13 a 60 meses | Acima de 60 meses | Valor contábil de mercado | Valor de curva | Percentual contábil das aplicações | Percentual de curva das aplicações |
| I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado: | | | | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | SELIC | - | 101.602 | 93.871 | - | 195.473 | 195.479 | 57% | 57% |
| Letras do tesouro nacional - LTN | PRE | - | - | 7.011 | - | 7.011 | 6.831 | 2% | 2% |
| Quotas de fundos de investimentos | | 60.713 | - | - | - | 60.713 | 60.713 | 18% | 18% |
| II. Títulos disponíveis para venda: | | | | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | IPCA | - | - | - | 79.765 | 79.765 | 81.271 | 23% | 24% |
| Total | | 60.713 | 101.602 | 100.882 | 79.765 | 342.962 | 344.294 | 100% | 100% |
| 31 de dezembro de 2016 | | | | | | | | | |
| | Taxas contratadas | Sem vencimento | Até 12 meses | De 13 a 60 meses | Acima de 60 meses | Valor contábil de mercado | Valor de curva | Percentual contábil das aplicações | Percentual de curva das aplicações |
| I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado | | | | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | SELIC | - | 26.423 | 165.967 | - | 192.390 | 192.430 | 56% | 56% |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | IPCA | - | - | - | 51.351 | 51.351 | 50.107 | 15% | 15% |
| Quotas de fundos de investimentos | | 60.398 | - | - | - | 60.398 | 60.398 | 18% | 18% |
| II. Títulos disponíveis para venda: | | | | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | IPCA | - | - | 3.932 | 34.420 | 38.352 | 38.523 | 11% | 11% |
| Total | | 60.398 | 26.423 | 169.899 | 85.771 | 342.491 | 341.458 | 100% | 100% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento--Continuação

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

| | 30 de junho de 2017 | | | 31 de dezembro de 2016 | | |
|---|---------------------|---------------|----------------|------------------------|---------------|----------------|
| | Nível 01 | Nível 02 | Total | Nível 01 | Nível 02 | Total |
| I. Títulos para negociação | | | | | | |
| Fundos de investimento: | | | | | | |
| Quotas de fundos de investimentos | - | 44.131 | 44.131 | - | 60.398 | 60.398 |
| Quotas de fundos imobiliários | - | 16.582 | 16.582 | - | - | - |
| Títulos de renda fixa - públicos: | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | 195.473 | - | 195.473 | 192.390 | - | 192.390 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 7.011 | - | 7.011 | - | - | - |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | - | - | - | 51.351 | - | 51.351 |
| II. Títulos disponíveis para venda | | | | | | |
| Títulos de renda fixa – públicos: | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | 79.765 | - | 79.765 | 38.352 | - | 38.352 |
| Total | 282.249 | 60.713 | 342.962 | 282.093 | 60.398 | 342.491 |

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui 2.893 (2.893 em 31 de dezembro de 2016) Letras financeiras do tesouro - LFT, que somam R\$25.806 (R\$24.420 em 31 de dezembro de 2016), disponibilizadas ao Banco Itaú S.A. como contra garantia a uma letra de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

| | Valor justo por meio do resultado | Disponível para venda | Total |
|---|--------------------------------------|--------------------------|-----------------|
| Saldo final em 31 de dezembro 2015 | 275.262 | 47.621 | 322.883 |
| (+) Aplicações | 75.177 | 66.835 | 142.012 |
| (-) Resgates | (134.696) | (38.421) | (173.117) |
| (+/-) Transferência de classificação | 51.351 | (51.351) | - |
| (+) Rendimentos | 29.253 | 9.571 | 38.824 |
| (+/-) Ajuste ao valor justo | 7.792 | 4.097 | 11.889 |
| Saldo final em 31 de dezembro 2016 | 304.139 | 38.352 | 342.491 |
| (+) Aplicações | 30.090 | 50.352 | 80.442 |
| (-) Resgates | (87.008) | (9.847) | (96.855) |
| (+) Rendimentos | 15.762 | 2.243 | 18.005 |
| (+/-) Ajuste ao valor justo | 214 | (1.335) | (1.121) |
| Saldo final em 30 de junho de 2017 | 263.197 | 79.765 | 342.962 |

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas--Continuação

| | <u>30/06/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão de prêmios não ganhos | 164.749 | 179.122 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 228.288 | 156.357 |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR | 101.106 | 80.987 |
| Provisão de excedentes técnicos | 10.180 | 7.542 |
| Total das provisões técnicas | 504.323 | 424.008 |
| Direitos creditórios | (101.860) | (101.457) |
| Custo de aquisição diferido redutores de PPNG | (895) | (870) |
| Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR | (20.723) | (15.849) |
| Recuperação de provisão de sinistros a liquidar - PSL | (122.788) | (76.104) |
| Provisão de prêmio não ganho de retrocessão | (28.021) | (41.941) |
| Provisão de excedentes técnicos | (3.196) | (2.415) |
| Total das exclusões | (277.483) | (238.636) |
| Total das provisões técnicas para cobertura | 226.840 | 185.372 |
| Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnica | | |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | 195.473 | 131.388 |
| Notas do tesouro nacional - NTN | 79.765 | 82.020 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 7.011 | - |
| Quotas de fundos de investimento | 60.713 | 34.740 |
| Total de ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas | 342.962 | 248.148 |
| Suficiência | 116.122 | 62.776 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com resseguros

| | <u>30/06/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Prêmios a receber - circulante | 251.160 | 238.652 |
| Prêmios a receber - não circulante | 11.523 | 13.908 |
| Total circulante e não circulante | 262.683 | 252.560 |
| Aging de prêmios a receber | | |
| Prêmios a vencer | | |
| De 1 a 30 dias | 9.298 | 16.745 |
| De 31 a 60 dias | 11.425 | 15.056 |
| De 61 a 120 dias | 8.204 | 10.109 |
| De 121 a 180 dias | 7.333 | 8.397 |
| De 181 a 360 dias | 197.627 | 185.398 |
| Superior a 360 dias | 11.523 | 13.908 |
| Total de prêmios a vencer | 245.410 | 249.613 |
| Prêmios vencidos | | |
| De 1 a 30 dias | 6.721 | 1.072 |
| De 31 a 60 dias | 10.552 | 1.875 |
| Total de prêmios vencidos | 17.273 | 2.947 |
| Total de prêmios a receber | 262.683 | 252.560 |
| Recuperação de corretagem | 6 | 3 |
| Recuperação de sinistro efetivamente pago | 6.753 | 5.739 |
| Participações nos lucros a receber | 6.517 | 9.200 |
| Outros créditos a receber | 1.704 | 1.105 |
| Outros créditos das operações | 14.980 | 16.047 |
| Total circulante | 266.140 | 254.699 |
| Total não circulante | 11.523 | 13.908 |
| Total de crédito das operações | 277.663 | 268.607 |
| Movimentação dos prêmios a receber | | |
| Saldo inicial | 252.560 | 243.955 |
| (+) Prêmios emitidos | 263.480 | 439.959 |
| (-) Recebimentos | (253.357) | (431.354) |
| Saldo final | 262.683 | 252.560 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

9. Ativos de retrocessão - provisões técnicas

| | <u>30/06/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR | 20.723 | 15.849 |
| Recuperações de sinistros pendentes de pagamento | 122.788 | 76.104 |
| Prêmios de retrocessão diferidos dos contratos emitidos | 94.907 | 107.191 |
| Outras provisões | 3.196 | 2.415 |
| Total do circulante | 219.011 | 175.355 |
| Total não circulante | 22.603 | 26.204 |
| Total geral | 241.614 | 201.559 |

10. Créditos tributários

Em 30 de junho de 2017, o valor de R\$13.205 (R\$11.936 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a: (i) R\$8.360 (R\$6.761 em 31 de dezembro de 2016) referente aos créditos tributários do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e Sinistros Ocorridos mas não Avisados – IBNR; (ii) R\$3.159 (R\$5.175 em 31 de dezembro de 2016) referente aos créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$1.431 referentes aos créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior; (iv) R\$255 referentes ao crédito tributário sobre base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL e Sinistros ocorridos mas não Avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos

| Grupo | 31/12/2016 | Constituição | Amortização | 30/06/2017 |
|--|--------------|--------------|----------------|--------------|
| Patrimonial | 2.603 | 232 | (510) | 2.325 |
| Aeronáuticos | 554 | 423 | (232) | 745 |
| Riscos especiais | 116 | 227 | (130) | 213 |
| Responsabilidades | 205 | 53 | (70) | 188 |
| Automóvel | 210 | 2 | (102) | 110 |
| Marítimos | 94 | 11 | (21) | 84 |
| Transportes | 141 | 60 | (52) | 149 |
| Riscos financeiros | 123 | 20 | (17) | 126 |
| Pessoas coletivo | 320 | 6 | (186) | 140 |
| Rural | 147 | 66 | (57) | 156 |
| Outros | 265 | 166 | (59) | 372 |
| Total circulante e não circulante | 4.778 | 1.266 | (1.436) | 4.608 |

| Grupo | 31/12/2015 | Constituição | Amortização | 31/12/2016 |
|--|--------------|--------------|----------------|--------------|
| Patrimonial | 3.002 | 748 | (1.147) | 2.603 |
| Aeronáuticos | 700 | 579 | (725) | 554 |
| Riscos especiais | 365 | 200 | (449) | 116 |
| Responsabilidades | 161 | 123 | (79) | 205 |
| Automóvel | 68 | 179 | (37) | 210 |
| Marítimos | 68 | 79 | (53) | 94 |
| Transportes | 378 | 8 | (245) | 141 |
| Riscos financeiros | 24 | 114 | (15) | 123 |
| Pessoas coletivo | 267 | 432 | (379) | 320 |
| Rural | 106 | 78 | (37) | 147 |
| Outros | 302 | 431 | (468) | 265 |
| Total circulante e não circulante | 5.441 | 2.971 | (3.634) | 4.778 |

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da aceitação dos contratos e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação de passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

| | Taxa anual de depreciação | 31/12/2016 | Aquisições | Depreciação | 30/06/2017 |
|--------------------------------------|---------------------------|------------|------------|-------------|------------|
| Equipamentos de informática | 20% | 127 | 4 | (42) | 89 |
| Sistemas de telecomunicações | 10% | 49 | - | (6) | 43 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 85 | - | (9) | 76 |
| Sistemas de refrigeração e segurança | 10% | 16 | - | (2) | 14 |
| Instalações | 10% | 220 | - | (12) | 208 |
| Total | | 497 | 4 | (71) | 430 |

| | Taxa anual de depreciação | 31/12/2015 | Aquisições | Depreciação | 31/12/2016 |
|--------------------------------------|---------------------------|------------|------------|-------------|------------|
| Equipamentos de informática | 20% | 205 | 10 | (88) | 127 |
| Sistemas de telecomunicações | 10% | 61 | - | (12) | 49 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 104 | - | (19) | 85 |
| Sistemas de refrigeração e segurança | 10% | 20 | - | (4) | 16 |
| Instalações | 10% | - | 241 | (21) | 220 |
| Total | | 390 | 251 | (144) | 497 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

13. Intangível

| | Taxa anual de amortização | 31/12/2016 | Aquisições | Amortização | 30/06/2017 |
|-----------------------------------|---------------------------|------------|------------|-------------|------------|
| Direito de uso software terceiros | 20% | 421 | 54 | (106) | 369 |
| Outros Intangíveis | 20% | - | 3.500 | (350) | 3.150 |
| Total | | 421 | 3.554 | (456) | 3.519 |

| | Taxa anual de amortização | 31/12/2015 | Aquisições | Amortização | 31/12/2016 |
|-----------------------------------|---------------------------|------------|------------|-------------|------------|
| Direito de uso software terceiros | 20% | 669 | 3 | (251) | 421 |
| Total | | 669 | 3 | (251) | 421 |

14. Operações com resseguradoras

| | 30/06/2017 | 31/12/2016 |
|--|----------------|------------|
| Prêmios de resseguro cedido | 157.971 | 154.006 |
| Comissão | (36.881) | (31.160) |
| Sinistros | 621 | - |
| Outros | 16 | 40 |
| Total circulante | 121.727 | 122.886 |
| Prêmios de resseguro cedido | 18.768 | 21.724 |
| Sinistros | (7.649) | - |
| Comissão | 1.864 | (8.720) |
| Total não circulante | 12.983 | 13.004 |
| Total circulante e não circulante | 134.710 | 135.890 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

15. Passivos de contratos de resseguros

| | Provisão de resseguros | | Parcela de retrocessão | | Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida | |
|--|------------------------|----------------|------------------------|------------------|--|---------------|
| | 30/06/2017 | 31/12/2016 | 30/06/2017 | 31/12/2016 | 30/06/2017 | 31/12/2016 |
| Patrimonial | 40.716 | 37.497 | (27.658) | (20.640) | 13.058 | 16.857 |
| Riscos especiais | 2.513 | 4.078 | (1.293) | (2.853) | 1.220 | 1.225 |
| Responsabilidades | 5.329 | 8.312 | (2.983) | (5.742) | 2.346 | 2.570 |
| Automóvel | 21.090 | 14.652 | (4) | (13) | 21.086 | 14.639 |
| Transportes | 7.006 | 15.121 | (5.748) | (13.249) | 1.258 | 1.872 |
| Riscos financeiros | 46.761 | 54.528 | (41.541) | (48.833) | 5.220 | 5.695 |
| Pessoas coletivo | 6.450 | 11.387 | (4.553) | (6.758) | 1.897 | 4.629 |
| Rural | 5.958 | 6.570 | (75) | (335) | 5.883 | 6.235 |
| Outros | 15.675 | 16.021 | (521) | (527) | 15.154 | 15.494 |
| Marítimos | 4.091 | 4.639 | (3.464) | (3.937) | 627 | 702 |
| Aeronáuticos | 9.160 | 6.317 | (7.067) | (4.304) | 2.093 | 2.013 |
| Provisão de prêmios não ganhos | 164.749 | 179.122 | (94.907) | (107.191) | 69.842 | 71.931 |
| Patrimonial | 75.994 | 74.123 | (43.527) | (41.331) | 32.467 | 32.792 |
| Riscos especiais | 5.819 | 159 | (2.785) | (5) | 3.034 | 154 |
| Responsabilidades | 4.174 | 1.914 | (382) | (70) | 3.792 | 1.844 |
| Automóvel | 8.456 | 7.690 | (194) | (194) | 8.262 | 7.496 |
| Transportes | 26.302 | 25.395 | (14.953) | (14.366) | 11.349 | 11.029 |
| Riscos financeiros | 22.919 | 8.266 | (11.724) | (6.820) | 11.195 | 1.446 |
| Pessoas coletivo | 18.542 | 17.744 | (6.599) | (6.169) | 11.943 | 11.575 |
| Pessoas individual | 8 | 8 | - | - | 8 | 8 |
| Rural | 6.634 | 2.502 | (777) | (826) | 5.857 | 1.676 |
| Outros | 17.183 | 11.616 | (1.611) | (575) | 15.572 | 11.041 |
| Marítimos | 30.038 | 3.496 | (29.120) | (3.104) | 918 | 392 |
| Aeronáuticos | 12.219 | 3.444 | (11.116) | (2.644) | 1.103 | 800 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 228.288 | 156.357 | (122.788) | (76.104) | 105.500 | 80.253 |
| Patrimonial | 9.417 | 8.519 | (5.976) | (5.033) | 3.441 | 3.486 |
| Riscos especiais | 363 | 308 | (40) | (196) | 323 | 112 |
| Responsabilidades | 1.176 | 855 | (536) | (456) | 640 | 399 |
| Automóvel | 18.354 | 16.018 | (31) | (33) | 18.323 | 15.985 |
| Transportes | 11.576 | 10.069 | (1.901) | (1.690) | 9.675 | 8.379 |
| Riscos financeiros | 1.229 | 476 | (728) | (407) | 501 | 69 |
| Pessoas coletivo | 10.458 | 7.695 | (4.620) | (2.185) | 5.838 | 5.510 |
| Pessoas individual | 421 | 22 | - | (7) | 421 | 15 |
| Rural | 4.607 | 6.680 | (670) | (2.750) | 3.937 | 3.930 |
| Outros | 37.103 | 26.965 | (114) | (143) | 36.989 | 26.822 |
| Marítimos | 2.120 | 436 | (2.055) | (384) | 65 | 52 |
| Aeronáuticos | 4.282 | 2.944 | (4.052) | (2.565) | 230 | 379 |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados | 101.106 | 80.987 | (20.723) | (15.849) | 80.383 | 65.138 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

15. Passivos de contratos de resseguros--Continuação

| | Provisão de resseguros | | Parcela de retrocessão | | Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida | |
|--------------------------------------|------------------------|----------------|------------------------|------------------|--|----------------|
| | 30/06/2017 | 31/12/2016 | 30/06/2017 | 31/12/2016 | 30/06/2017 | 31/12/2016 |
| Patrimonial | 594 | 623 | (196) | (199) | 398 | 424 |
| Riscos especiais | 4 | 4 | (3) | (3) | 1 | 1 |
| Responsabilidades | 127 | 110 | (1) | (1) | 126 | 109 |
| Automóvel | 4.663 | 2.320 | (11) | (11) | 4.652 | 2.309 |
| Transportes | 90 | 67 | (36) | (27) | 54 | 40 |
| Riscos financeiros | 3.384 | 2.217 | (2.936) | (2.113) | 448 | 104 |
| Pessoas coletivo | 273 | 471 | (7) | (55) | 266 | 416 |
| Rural | 5 | 5 | (2) | (2) | 3 | 3 |
| Outros | 1.002 | 1.685 | - | - | 1.002 | 1.685 |
| Marítimo | 9 | 9 | (3) | (3) | 6 | 6 |
| Aeronáuticos | 29 | 31 | (1) | (1) | 28 | 30 |
| Provisão de excedente técnico | 10.180 | 7.542 | (3.196) | (2.415) | 6.984 | 5.127 |
| Total circulante | 463.639 | 386.249 | (219.011) | (175.355) | 244.628 | 210.894 |
| Total não circulante | 40.684 | 37.759 | (22.603) | (26.204) | 18.081 | 11.555 |
| Total geral | 504.323 | 424.008 | (241.614) | (201.559) | 262.709 | 222.449 |

Movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela abaixo:

| | 30/06/2017 | | | 31/12/2016 | | |
|---|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|
| | Resseguro | Retrocessão | Retido | Resseguro | Retrocessão | Retido |
| Provisão de sinistros a liquidar | 228.288 | (122.788) | 105.500 | 156.357 | (76.104) | 80.253 |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados | 101.106 | (20.723) | 80.383 | 80.987 | (15.849) | 65.138 |
| Provisão total de sinistros | 329.394 | (143.511) | 185.883 | 237.344 | (91.953) | 145.391 |
| Provisão de prêmios não ganhos | 164.749 | (94.907) | 69.842 | 179.122 | (107.191) | 71.931 |
| Provisão de excedente técnico | 10.180 | (3.196) | 6.984 | 7.542 | (2.415) | 5.127 |
| Provisão total de prêmios | 174.929 | (98.103) | 76.826 | 186.664 | (109.606) | 77.058 |
| Total | 504.323 | (241.614) | 262.709 | 424.008 | (201.559) | 222.449 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

15. Passivos de contratos de resseguros--Continuação

| | 30/06/2017 | | | 31/12/2016 | | |
|--|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|
| | Resseguro | Retrocessão | Retido | Resseguro | Retrocessão | Retido |
| <u>Desenvolvimento das provisões de sinistros</u> | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 237.344 | (92.054) | 145.290 | 201.644 | (62.126) | 139.518 |
| Sinistros ocorridos no período | 279.469 | (97.937) | 181.532 | 298.713 | (61.275) | 237.438 |
| Sinistros pagos no período | (189.625) | 48.515 | (141.110) | (260.023) | 30.896 | (229.127) |
| Despesas relacionadas pagas | (70) | - | (70) | (83) | 24 | (59) |
| Salvados e ressarcimento pago | - | - | - | 35 | - | 35 |
| Variação cambial | 1.992 | (1.952) | 40 | (3.717) | 760 | (2.957) |
| Atualização monetária | 284 | (83) | 201 | 775 | (232) | 543 |
| No final do período | 329.394 | (143.511) | 185.883 | 237.344 | (91.953) | 145.391 |
| <u>Desenvolvimento das provisões de prêmios</u> | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 186.664 | (109.606) | 77.058 | 181.245 | (113.855) | 67.390 |
| Prêmios emitidos no período | 260.909 | (63.556) | 197.353 | 401.939 | (136.797) | 265.142 |
| Prêmio ganho no período | (273.554) | 75.349 | (198.205) | (394.166) | 139.776 | (254.390) |
| Variação cambial | 910 | (290) | 620 | (2.354) | 1.270 | (1.084) |
| No final do período | 174.929 | (98.103) | 76.826 | 186.664 | (109.606) | 77.058 |
| <u>Desenvolvimento da provisão de PSL</u> | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 156.357 | (76.104) | 80.253 | 128.823 | (47.856) | 80.967 |
| Movimento | 71.931 | (46.684) | 25.247 | 27.534 | (28.248) | (714) |
| No final do período | 228.288 | (122.788) | 105.500 | 156.357 | (76.104) | 80.253 |
| <u>Desenvolvimento da provisão de IBNR</u> | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | 80.987 | (15.849) | 65.138 | 72.821 | (14.270) | 58.551 |
| Movimento | 20.119 | (4.874) | 15.245 | 8.166 | (1.579) | 6.587 |
| No final do período | 101.106 | (20.723) | 80.383 | 80.987 | (15.849) | 65.138 |

16. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, em contratos automáticos a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em dólar americano foram convertidos pela taxa de câmbio da data base de 30 de junho de 2017 no valor de R\$3,2952.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro

| Ano de subscrição | Período de aviso | | | | | | | Total |
|-------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 2011 | 730 | 72.771 | 23.394 | 1.537 | 26 | 795 | (1.188) | 98.065 |
| 2012 | 7.643 | 104.538 | 36.180 | 11.571 | 2.227 | 5.269 | - | 167.428 |
| 2013 | 6.758 | 76.216 | 23.987 | 10.147 | 2.307 | - | - | 119.415 |
| 2014 | 76.227 | 173.165 | 25.989 | 1.061 | - | - | - | 276.442 |
| 2015 | 95.576 | 86.134 | 72.109 | - | - | - | - | 253.819 |
| 2016 | 164.671 | 90.245 | - | - | - | - | - | 254.916 |
| 1º semestre 2017 | 93.099 | - | - | - | - | - | - | 93.099 |
| Total | 444.704 | 603.069 | 181.659 | 24.316 | 4.560 | 6.064 | (1.188) | 1.263.184 |
| Em | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Juros - judicial | - | - | - | - | 694 | 775 | 285 | 1.754 |
| Em | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Pagamentos PSL | 287 | 59.948 | 79.516 | 184.424 | 261.439 | 260.795 | 188.368 | 1.034.777 |
| PSL | 444.417 | 543.121 | 102.143 | (160.108) | (256.185) | (253.956) | (189.271) | 230.161 |

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de retrocessão

| Ano de subscrição | Período de aviso | | | | | | | Total |
|-------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 2011 | 90 | 55.970 | 12.389 | 813 | (351) | (236) | (74) | 68.601 |
| 2012 | 742 | 51.373 | 6.930 | 59 | (299) | 3.635 | - | 62.440 |
| 2013 | 11.916 | 43.303 | 8.278 | 3.048 | 798 | - | - | 67.343 |
| 2014 | 68.232 | 118.001 | 8.282 | 2.499 | - | - | - | 197.014 |
| 2015 | 17.750 | 36.761 | 54.889 | - | - | - | - | 109.400 |
| 2016 | 11.900 | 30.084 | - | - | - | - | - | 41.984 |
| 1º semestre 2017 | 2.567 | - | - | - | - | - | - | 2.567 |
| Total | 113.197 | 335.492 | 90.768 | 6.419 | 148 | 3.399 | (74) | 549.349 |
| Em | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Juros - judicial | - | - | - | - | 206 | 232 | 83 | 521 |
| Em | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Pagamentos PSL | 1 | 49.779 | 46.582 | 127.622 | 116.526 | 37.872 | 48.700 | 427.082 |
| PSL | 113.196 | 285.713 | (44.186) | (121.203) | (116.272) | (34.241) | (48.691) | 122.788 |

16. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Desenvolvimentos dos sinistros avisados retidos

| Ano de subscrição | Período de aviso | | | | | | | Total |
|-------------------|------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 2011 | 640 | 16.801 | 11.005 | 724 | 377 | 1.031 | (1.114) | 29.464 |
| 2012 | 6.901 | 53.165 | 29.250 | 11.512 | 2.526 | 1.634 | - | 104.988 |
| 2013 | (5.158) | 32.913 | 15.709 | 7.099 | 1.509 | - | - | 52.072 |
| 2014 | 7.995 | 55.164 | 17.707 | (1.438) | - | - | - | 79.428 |
| 2015 | 77.826 | 49.373 | 17.220 | - | - | - | - | 144.419 |
| 2016 | 152.771 | 60.161 | - | - | - | - | - | 212.932 |
| 1º semestre 2017 | 90.532 | - | - | - | - | - | - | 90.532 |
| Total | 331.507 | 267.577 | 90.891 | 17.897 | 4.412 | 2.665 | (1.114) | 713.835 |
| Em | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Juros - judicial | - | - | - | - | 488 | 543 | 202 | 1.233 |
| Em | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Pagamentos | 286 | 10.169 | 32.934 | 56.802 | 144.913 | 222.923 | 139.668 | 607.695 |
| PSL | 331.221 | 257.408 | 57.957 | (38.905) | (140.013) | (219.715) | (140.580) | 107.373 |

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado é representado por 211.100.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento do capital social, mediante subscrição em espécie, com emissão de novas ações, no montante de R\$10.700 com a emissão de 8.425.070 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1,27 (em reais) por ação, com base no preço de unitário de emissão. Assim, o capital social de R\$209.479 aumentou para R\$220.179, e o número de ações de 202.675.339 para 211.100.409 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIRAT nº 1.314, de 24 de fevereiro de 2016.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício, após absorção dos prejuízos acumulados, e o restante é destinado para reserva de retenção de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, com a aprovação unânime dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e na Assembleia Geral Extraordinária, ocorridas em 31 de março e 30 de junho do ano corrente, respectivamente, foram deliberados juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 9.727.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, com a aprovação unânime dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 31 de março do ano corrente, foi deliberado o pagamento de dividendos valor total de R\$ 22.000.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

| | <u>30/06/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Patrimônio líquido | 259.237 | 282.575 |
| Despesas antecipadas | (155) | - |
| Créditos tributários - prejuízo fiscal / bases negativas | (255) | - |
| Ativo intangível | (3.519) | (421) |
| 50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR | 1.575 | - |
| Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas | 1.465 | 1.818 |
| Patrimônio líquido ajustado - PLA | 258.348 | 283.972 |
| Capital base - CB (a) | 60.000 | 60.000 |
| Capital adicional de risco de subscrição - CRSub | 86.759 | 66.798 |
| Capital adicional de risco de crédito - CRCr | 18.871 | 16.624 |
| Capital adicional de risco de mercado - CRMerc | 4.984 | 5.912 |
| Capital adicional de risco operacional - CROp | 2.068 | 2.641 |
| Benefício da diversificação | (11.576) | (11.038) |
| Capital de risco - CR (b) | 101.106 | 80.937 |
| Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b) | 101.106 | 80.937 |
| Patrimônio líquido ajustado | 258.348 | 283.972 |
| (-) Exigência de capital - EC | 101.106 | 80.937 |
| Suficiência de capital | 157.242 | 203.035 |
| Suficiência de capital - % da EC | 156,00% | 251,00% |

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2017 e 2016, estão reconciliados, como se segue:

| | 30/06/2017 | | 30/06/2016 | |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 11.850 | 11.850 | 14.951 | 14.951 |
| Participações estatutárias no lucro | (1.498) | (1.498) | (224) | (224) |
| Juros sobre o capital | (9.727) | (9.727) | (9.840) | (9.840) |
| Base de cálculo | (625) | (625) | 4.887 | 4.887 |
| Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes | (156) | (125) | (1.222) | (977) |
| Outras (Adições)/exclusões permanentes | (1.064) | (5) | (33) | (7) |
| (Adições)/exclusões permanentes no cálculo da tributação | (1.064) | (5) | (33) | (7) |
| Variação cambial | 263 | 211 | (2.282) | (1.826) |
| Ajuste a valor de mercado | (152) | (122) | 1.097 | 878 |
| Outras provisões | 369 | 295 | (155) | (123) |
| (Adições)/exclusões temporárias no cálculo da tributação | 480 | 384 | (1.340) | (1.071) |
| Deduções fiscais | 29 | - | 41 | - |
| Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social | (711) | - | (2.554) | (2.055) |
| (Despesa)/receita de tributos diferidos | (480) | (132) | 1.340 | 1.072 |
| Total de receita/(despesa) | (1.191) | (132) | (1.214) | (983) |

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de contrato de resseguros cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e receitas e despesas operacionais.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia possui passivo de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte a pagar aos acionistas de R\$8.268.

Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2016, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos diretores estatutários, no montante de R\$316 (R\$308 em 30 de junho de 2016). Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com empresas consideradas partes relacionadas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

| | Ativo | | Passivo | | Receitas / (Despesas) | |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|------------|
| | 30/06/2017 | 31/12/2016 | 30/06/2017 | 31/12/2016 | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
| Partes relacionadas | | | | | | |
| Vinci Gestora de Recursos Ltda. | - | - | 50 | 40 | (269) | (358) |
| Austral Participações S.A. | - | - | 8.268 | - | (9.727) | (9.840) |
| Fundo de Invest Imob RM Leblon | - | - | 71 | 71 | (604) | (359) |
| Braquiara Empreendimentos | - | - | 37 | 37 | (222) | (188) |
| Austral Seguradora S.A. | 32.881 | 32.765 | 27.903 | 10.485 | 2.954 | 11.246 |
| Administradores | - | - | - | - | (316) | (308) |
| Total | 32.881 | 32.765 | 36.329 | 10.633 | (8.184) | 193 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

20. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2017 e 2016 são:

| Ramos de atuação | Prêmios ganhos | | Índice de sinistralidade - % (a) | | Índice de comercialização - % (b) | |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| | 30/06/2017 | 30/06/2016 | 30/06/2017 | 30/06/2016 | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
| Aeronáutico | 4.565 | 3.853 | 225,87 | (7,04) | 14,26 | 12,3 |
| Automóvel | 15.192 | 1.508 | 63,56 | 67,94 | 1,43 | 4,06 |
| Patrimonial | 36.254 | 33.024 | 61,12 | 76,98 | 5,61 | 6,03 |
| Pessoas coletivo | 72.756 | 26.121 | 29,13 | 54,36 | 1,35 | 1,77 |
| Pessoas individual | (82) | - | (485,37) | - | 0,00 | - |
| Riscos especiais | 2.386 | 2.735 | 234,49 | (1,9) | 0,8 | 2,73 |
| Responsabilidades | 4.616 | 3.545 | 62,76 | 20,92 | 2,88 | 3,97 |
| Riscos financeiros | 21.846 | 20.912 | 70,99 | 13,24 | 0,28 | 0,15 |
| Rural | 10.572 | 9.620 | 117,21 | 85,00 | 2,4 | 1,93 |
| Marítimos | 4.621 | 2.928 | 674,03 | 5,57 | 1,77 | 1,90 |
| Transportes | 13.314 | 13.146 | 154,65 | 77,61 | 1,57 | 3,08 |
| Outros | 87.514 | 15.391 | 145,12 | 43,18 | 0,55 | 3,57 |
| Total prêmio ganho | 273.554 | 132.783 | | | | |

| Ramos de atuação | Prêmio ganho retido | | Índice de sinistralidade retida - % (a) | |
|----------------------------------|---------------------|---------------|---|------------|
| | 30/06/2017 | 30/06/2016 | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
| Aeronáutico | 1.497 | 1.770 | 18,02 | 41,17 |
| Automóvel | 15.184 | 1.571 | 63,61 | 69,58 |
| Patrimonial | 11.872 | 12.281 | 48,96 | 104,07 |
| Pessoas coletivo | 63.796 | 18.800 | 18,22 | 44,94 |
| Pessoas individual | (42) | - | (959,57) | - |
| Riscos especiais | 30 | 829 | 10.144,32 | (5,23) |
| Responsabilidades | 1.737 | 2.052 | 141,38 | 29,25 |
| Riscos financeiros | 3.001 | 1.183 | 233,41 | 48,75 |
| Rural | 10.302 | 10.643 | 138,36 | 98,71 |
| Marítimos | 671 | 445 | 100,72 | (126) |
| Transportes | 3.702 | 7.596 | 63,93 | 87,74 |
| Outros | 86.455 | 15.142 | 145,5 | 42,53 |
| Total prêmio ganho retido | 198.205 | 72.312 | | |

(a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) / Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho / (prêmio ganho)

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceitas (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

20. Grupos de ramos de atuação

| | Prêmio emitido líquido | | Prêmio cedido retrocessão | | Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido | | Percentual de retenção % | | Percentual retrocedido % | |
|--------------------|------------------------|----------------|---------------------------|-----------------|--|---------------|--------------------------|--------------|--------------------------|--------------|
| | 30/06/2017 | 30/06/2016 | 30/06/2017 | 30/06/2016 | 30/06/2017 | 30/06/2016 | 30/06/2017 | 30/06/2016 | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
| Aeronáutico | 7.314 | 4.307 | (5.759) | (3.196) | 1.555 | 1.111 | 21,26 | 25,80 | 78,73 | 74,2 |
| Automóvel | 23.974 | 9.430 | - | 53 | 23.974 | 9.483 | 100 | 100,56 | - | (0,56) |
| Patrimonial | 39.162 | 35.772 | (31.222) | (26.606) | 7.940 | 9.166 | 20,28 | 25,62 | 79,72 | 74,38 |
| Pessoas coletivo | 67.610 | 21.756 | (6.701) | (8.725) | 60.909 | 13.031 | 90,09 | 59,90 | 9,91 | 40,1 |
| Pessoas individual | (82) | - | 40 | - | (42) | - | 51,52 | - | 48,48 | - |
| Responsabilidades | 1.651 | 3.266 | (121) | (1.321) | 1.530 | 1.945 | 92,67 | 59,55 | 7,33 | 40,45 |
| Riscos financeiros | 15.197 | 6.619 | (12.326) | (6.109) | 2.871 | 510 | 18,89 | 7,71 | 81,11 | 92,29 |
| Riscos especiais | 865 | (2.107) | (840) | 884 | 25 | (1.223) | 2,90 | 58,04 | 97,10 | 41,96 |
| Rural | 9.953 | 8.939 | (10) | 1.118 | 9.943 | 10.057 | 99,9 | 112,51 | 0,1 | (12,51) |
| Marítimos | 4.056 | 2.563 | (3.468) | (2.220) | 588 | 343 | 14,5 | 13,38 | 85,5 | 86,62 |
| Transportes | 5.200 | 13.708 | (2.104) | (8.086) | 3.096 | 5.622 | 59,54 | 41,01 | 40,46 | 58,99 |
| Outros | 86.009 | 14.567 | (1.045) | (326) | 84.964 | 14.241 | 98,79 | 97,76 | 1,21 | 2,24 |
| Total | 260.909 | 118.820 | (63.556) | (54.534) | 197.353 | 64.286 | 75,64 | 54,10 | 24,36 | 45,90 |

Prêmio de retrocessão cedida por classe de resseguradoras

| | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Resseguradora local | 344 | 2.121 |
| Resseguradora admitida | 38.146 | 27.386 |
| Resseguradora eventual | 25.066 | 25.027 |
| Total | 63.556 | 54.534 |

Prêmio de resseguro aceito e retrocessão aceita por classe

| | 30/06/2017 | 30/06/2016 |
|------------------------|----------------|----------------|
| Seguradora | 242.147 | 100.587 |
| Resseguradora local | 314 | 18 |
| Resseguradora admitida | 15.568 | 18.215 |
| Resseguradora eventual | 2.880 | - |
| Total | 260.909 | 118.820 |

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Resseguradora.

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de vesting, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de vesting, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de vesting, dependendo do beneficiário, sendo a última data de vesting em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de vesting, sendo a última data de vesting em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o quarto programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Resseguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

| | <u>Quantidade de opções</u> |
|--|---------------------------------|
| Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2016 | 10.924.986 |
| Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2016 | 7.626.930 |
| Totalidade de opções expiradas/extintas | 50.404 |
| Totalidade de opções outorgadas | - |
| Total de opções em aberto em 30 de junho de 2017 | 10.874.582 |
| Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2017 | 7.626.930 |

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 10.874.582 opções em aberto representam uma diluição de até 4,49% sobre um total de 231.242.145 ações da Austral Participações. Nenhuma opção foi exercida até 30 de junho de 2017.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Resseguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Resseguradora como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2017 no montante de R\$2.367 (R\$2.273 em 31 de dezembro de 2016).

22. Detalhamento de contas de resultado

| | <u>30/06/2017</u> | <u>30/06/2016</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| a) <u>Sinistros ocorridos</u> | | |
| Indenizações avisadas | (261.153) | (82.482) |
| Despesa com sinistro | (70) | (46) |
| Salvados | 1.873 | 35 |
| Ressarcimentos | 626 | - |
| Variações de sinistros ocorridos, mas não avisados | (20.119) | 13.477 |
| Total | (278.843) | (69.016) |
| b) <u>Custos de aquisição</u> | | |
| Comissões | (4.891) | (4.055) |
| Variações de despesas de comercialização diferidas | (230) | (377) |
| Total | (5.121) | (4.432) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

| | <u>30/06/2017</u> | <u>30/06/2016</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| c) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u> | | |
| Outras receitas de resseguro | 685 | 71 |
| Tarifa bancária | (10) | (622) |
| Despesas de administração de contratos | (792) | (34) |
| Participação nos lucros de resseguro aceito | (5.904) | (7.345) |
| Participação nos lucros de retrocessão aceita | (2.116) | (1.259) |
| Total | (8.137) | (9.189) |
| d) <u>Resultado com retrocessão</u> | | |
| Sinistros ocorridos, mas não avisados | 4.874 | (3.731) |
| Despesa com sinistro | - | 13 |
| Recuperação de indenização | 91.198 | 25.499 |
| Salvados e ressarcidos | (620) | - |
| Outros créditos | 6 | - |
| Prêmio de retrocessão cedido | (63.556) | (54.534) |
| Receita com participação nos lucros | 61 | 73 |
| Variações de prêmio retrocessão cedido | (11.793) | (5.937) |
| Total | 20.170 | (38.617) |
| e) <u>Despesas administrativas</u> | | |
| Pessoal próprio e encargos sociais | (3.701) | (3.224) |
| Localização e funcionamento | (1.378) | (1.161) |
| Serviços de terceiros | (1.196) | (2.149) |
| Depreciação e amortização | (527) | (210) |
| Publicidade e propaganda | (418) | (135) |
| Outros | (39) | (28) |
| Total | (7.259) | (6.907) |
| f) <u>Despesas com tributos</u> | | |
| Despesas com COFINS | (726) | (2.613) |
| Despesas com PIS | (122) | (483) |
| Taxa de fiscalização | (501) | (538) |
| Outras | (229) | (300) |
| Total | (1.578) | (3.934) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

| | <u>30/06/2017</u> | <u>30/06/2016</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| g) <u>Resultado financeiro</u> | | |
| Receitas | | |
| Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado | 17.404 | 21.314 |
| Títulos disponíveis para venda | 3.127 | 6.794 |
| Operações de resseguros | 30.851 | 68.681 |
| Valorização cambial do disponível | 2.709 | 2.223 |
| Outras receitas | 712 | 116 |
| Despesas | | |
| Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado | (1.428) | (4.175) |
| Títulos disponíveis para venda | (884) | (205) |
| Operações de resseguros | (31.107) | (73.198) |
| Desvalorização cambial do disponível | (2.125) | (6.811) |
| Outras despesas | (195) | (476) |
| Total | <u>19.064</u> | <u>14.263</u> |

23. Responsáveis

Conselheiros

Gilberto Sayão da Silva
Alessandro Monteiro Morgado Horta
Bruno Augusto Sacchi Zaremba

Diretor presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Petrônio Duarte Cançado

Gerente de contabilidade

Arthur Teixeira Rodrigues
CRC RJ - nº 078781/O-0

Atuária

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2029